

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**  
**CAMPUS SANTANA**

KAYKE NUNES DA SILVA  
CAUA ARAUJO DA SILVA

**A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E GARANTIAS LEGAIS DOS  
COLETORES DE AÇAÍ NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO  
DE SANTANA/AP**

Santana – AP  
Fevereiro 2026

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as condições de trabalho e a efetividade das garantias legais para os coletores de açaí (peconheiros) no município de Santana/AP. Partindo do problema de investigação sobre os fatores que explicam a persistência da precariedade laboral e da invisibilidade social desses trabalhadores, adotou-se uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados demonstram uma realidade marcada pela informalidade total: a ausência de vínculos empregatícios formais nega aos peconheiros o acesso a direitos trabalhistas fundamentais, como aposentadoria, auxílio-doença e proteção contra acidentes. A partir de estudos de revisão, constatou-se que a maioria dos trabalhadores já sofreram acidentes graves, como quedas e cortes, evidenciando a falta crônica de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a exposição a riscos ocupacionais extremos. A remuneração, calculada por volume coletado ("lata"), é instável e submetida à intermediação de atravessadores, configurando relações de subordinação econômica dissimulada. Conclui-se que a atividade dos peconheiros constitui um caso paradigmático da precarização estrutural do trabalho no capitalismo contemporâneo, conforme teorizado por Antunes (2018). A superação desse cenário exige políticas públicas integradas que promovam a inclusão produtiva, a valorização dos saberes tradicionais e a governança justa da cadeia produtiva do açaí, assegurando dignidade, segurança e reconhecimento profissional a esses trabalhadores essenciais.

**Palavras Chave:** bioeconomia amazônica; cadeia produtiva do açaí; extrativismo; precarização do trabalho; peconheiros; trabalho rural.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the working conditions and the effectiveness of legal protections for açai harvesters (peconheiros) in the municipality of Santana/AP. Based on the research problem regarding the factors that explain the persistence of labor precariousness and the social invisibility of these workers, a qualitative approach was adopted, based on a literature review and documentary analysis. The results reveal a reality marked by total informality: the absence of formal employment relationships denies peconheiros access to fundamental labor rights, such as retirement, sick leave, and protection against accidents. Based on review studies, it was found that most workers have already suffered serious accidents, such as falls and cuts, highlighting the chronic lack of personal protective equipment (PPE) and exposure to extreme occupational risks. The remuneration, calculated based on the volume collected ("can"), is unstable and subjected to intermediaries, amounting to disguised economic subordination. It is concluded that the activity of the peconheiros constitutes a paradigmatic case of the structural precarization of labor in contemporary capitalism, as theorized by Antunes (2018). Overcoming this scenario requires integrated public policies that promote productive inclusion, the appreciation of traditional knowledge, and fair governance of the açai production chain, ensuring dignity, safety, and professional recognition for these essential workers.

**Keywords:** Açai harvesters; açai value chain; amazon bioeconomy; extractivism; labor precarization; rural labor.

## 1. INTRODUÇÃO

A extração de produtos florestais não madeireiros exerce uma função fundamental na economia, cultura e estrutura social da Amazônia brasileira. De acordo com o Becker (2010), essa atividade é uma estratégia crucial para a ocupação e o uso responsável da floresta, estando diretamente vinculada à vida social e economia das atividades locais. Dentre as atividades de extração, a colheita do açaí (*Euterpe sp.*) se destaca, não apenas pelo aumento significativo no seu valor comercial, impulsionado pela demanda local e internacional por ser considerado um “superalimento”, mas também por sua relevância nas práticas de vida das comunidades ribeirinhas e tradicionais (HOMMA,2022). No Amapá, especialmente na cidade de Santana, a cadeia produtiva do Açaí se configura como uma das principais fontes de faturamento e de organização do espaço, inserindo-se em um modelo de bioeconomia que é frequentemente reconhecido por sua capacidade de articular conservação ambiental e desenvolvimento (SEMA/AP,2023).

Os trabalhadores encarregados de colher o fruto são conhecidos como peconheiros – este termo refere-se ao extrativista que escala as palmeiras de açaí, frequentemente atingindo alturas superiores a 20 metros, para coletar os cachos – que desenvolvem a tarefa que demanda considerável esforço físico e apresenta riscos frequentes, como quedas, cortes e ataques de animais venenosos. O peconheiro pode ser identificado em duas circunstâncias distintas: como agricultor familiar, quando realiza atividade de maneira tradicional e ligada ao extrativismo de subsistência ou como trabalhador que se alinha a uma perspectiva empresarial, ao conseguir acesso ao crédito rural, participar de cooperativas ou se integrar a programas de comercialização estruturada. Essa distinção é essencial para entender os limites e as oportunidades de inclusão produtiva desses trabalhadores.

Apesar da sua relevância, a maior parte dos peconheiros opera de maneira informal, sem registro profissional ou acesso a direitos trabalhistas fundamentais. Embora existam disposições legais que, em teoria, deveriam assegurar proteção, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) E A Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), eles permanecem à margem do sistema de seguridade social. A remuneração é baseada no volume colhido, identificado como a “lata” de açaí, mas esse valor varia de acordo com os preços e a presença de intermediários, resultando em uma relação de dependência econômica velada (DELGADO, 2017). Essa ausência de reconhecimento tanto legal quanto social deixa o trabalhador vulnerável a ciclos de exploração e aos riscos inerentes à atividade, cujas repercussões recaem sobre ele e sua família.

Nesse contexto, apesar da cadeia produtiva do açaí ser frequentemente apresentada como um modelo de sustentabilidade e de promissora bioeconômica para Amazônia, existe uma contradição fundamental entre a retórica do desenvolvimento sustentável e as condições reais de trabalho que os peconheiros enfrentam em Santana/AP. A informalidade, a ausência de proteção previdenciária e trabalhistas, além da concentração de renda nos níveis superiores da cadeia produtiva, evidencia, que o crescimento econômico da indústria não se traduz, de forma equivalente, em melhores condições de vida para aqueles que estão envolvidos na fase mais arriscada da produção.

Portanto, foi necessário investigar por que os peconheiros continuam em um contexto de precarização estrutural e invisibilidade institucional, apesar de haver dispositivos legais destinados a proteger o trabalhador extrativista. A importância deste

estudo esteve relacionada à relevância socioeconômica da atividade em Santana/AP, bem como à necessidade de contribuir para a discussão sobre justiça social, dignidade no trabalho e desenvolvimento sustentável na região amazônica.

Assim, o presente estudo teve como objetivo geral examinar as condições de trabalho e a aplicação das garantias legais para os coletores de açaí (peconheiros) em Santana/AP. Em particular, buscou-se esclarecer quais são os principais aspectos da atividade esclarecer quais são os principais aspectos da atividade extrativista na coleta do fruto, investigar quais dispositivos legais poderiam assegurar proteção trabalhista e previdenciária a esses extrativistas, analisar quais fatores estruturais, econômicos e institucionais contribuíram para a informalidade e a precarização do trabalho e verificar como a organização da cadeia produtiva do açaí afetou a distribuição desigual de renda e a exclusão social dos trabalhadores que compõem a base da produção.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

- Examinar as condições laborais e a eficácia das garantias legais destinadas aos coletores de açaí (peconheiros) na cidade de Santana/AP, destacando os elementos que contribuem para sua continuidade em um contexto de precarização e invisibilidade social.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Definir o perfil socioeconômico e profissional dos peconheiros, descrevendo sua atuação como agricultores familiares (extrativismo tradicional e de subsistência) e como os trabalhadores que se inserem na lógica empresarial (ao obterem crédito rural, integrarem cooperativas ou participarem de programas de comercialização).
- Identificar os dispositivos legais que poderiam garantir proteção trabalhista e previdenciária aos peconheiros, enfatizando a discrepância entre a previsão normativa e a realidade na prática.
- Analisar os elementos estruturais, econômicos e institucionais que contribuem para a informalidade e a deterioração das condições de trabalho na coleta de açaí.
- Examinar como a estrutura da cadeia produtiva do açaí contribui para a desigualdade de renda e exclusão social dos trabalhadores da base.
- Analisar a função das políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional sustentável, apontando as direções para a valorização e reconhecimento dos peconheiros como indivíduos com direitos.

## **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, e tem como objetivo analisar as condições de trabalho e a eficácia das garantias legais aplicáveis aos coletores de açaí (peconheiros) em Santana/AP.

Em relação aos métodos técnicos, empregou-se a revisão de literatura e de documentos. A revisão da literatura foi realizada com base em obras clássicas e

contemporâneas que abordam a precarização do trabalho, trabalho rural, cadeias produtivas, extrativismo na Amazônia e bioeconomia, com foco especial em autores como Antunes (2018), Porto-Gonçalves (2006), Kaplinsky e Morris (2011), Gereffi (1994) e Homma (2014,2023).

A análise documental foi realizada com base em:

- Constituição Federal de 1988 e Consolidação das Leis de Trabalho (CLT);
- Lei nº 11.326/2006, que reconhece o extrativismo como parte da agricultura familiar;
- Relatórios de instituições como IEPA, Embrapa, SEMA/AP, FAPEAP e SDR/AP;
- Dados estatísticos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Documentos sobre políticas públicas voltadas ao extrativismo e à agricultura familiar.

O município de

O recorte temporal privilegiou tanto as publicações quanto os dados gerados entre 2010 e 2025, a fim de abranger análises recentes sobre a precarização do trabalho e a bioeconomia na Amazônia.

Como limitação da pesquisa, podemos destacar que não foram realizadas entrevistas ou questionários em campo, o que restringe a análise ao plano teórico-documental. Ainda assim, os dados institucionais que foram usados possibilitam traçar um retrato sólido das condições estruturais que definem a atividade dos peconheiros.

## **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **4.1 O trabalho no campo: bases históricas e sociais**

A informalidade e a falta de garantias sociais efetivas sempre foram características do trabalho rural no Brasil, o que sempre contribuiu para a exploração da mão de obra em condições desfavoráveis. Antunes (2018) pontua que a precarização é um fenômeno não só conjuntural, mas também estrutural, em decorrência da maneira como o capitalismo estrutura o trabalho, principalmente nos setores com predominância de atividades flexíveis e com pouca regulamentação. No campo, essa situação se evidencia tanto na agricultura tradicional quanto nas

atividades extrativistas, nas quais os trabalhadores lidam com altos riscos sem ter acesso a uma proteção institucional adequada.

Porto-Gonçalves (2006) observa que a invisibilidade dos trabalhadores rurais é um fenômeno histórico que persiste mesmo situações em que a sociobiodiversidade amazônica é festiva como patrimônio mundial. Para o autor, há uma contradição clara que, embora a floresta e seus produtos sejam valorizados como símbolo de sustentabilidade, as pessoas que garantem a coleta e a preservação desses recursos continuam marginalizadas, sem acesso a políticas públicas e sem acesso institucional. Essa falta de visibilidade aprimora as disparidades socioeconômicas, resultando em um ciclo de exclusão que afeta várias gerações. Isso é mais evidente em municípios que fazem parte da floresta amazônica, como Santana/AP, onde o trabalho rural ainda é estruturado de maneira precária e pouco valorizado pelo Estado.

Ao olhar cadeias globais de valor, Gereffi (1994) demonstra que os trabalhadores que mais se esforçam fisicamente são os que menos lucram com a renda gerada pelo produto. Essa lógica se reflete diretamente no cenário rural brasileiro, em que a produção é sustentada por trabalhadores que lidam com riscos e incertezas, mas não recebem uma compensação proporcional ao valor que criam. Em Santana/AP, essa situação é evidente na maneira em que o peconheiro ainda está estruturado, caracterizado pela informalidade, falta de segurança social e dependência de atividades extrativistas. Embora essas atividades sejam essenciais para a economia local, elas proporcionam condições de trabalho digna.

#### **4.2 Extrativismo na Amazônia**

O extrativismo vegetal tem acompanhado as comunidades amazônicas por séculos, estabelecendo-se como uma prática de sobrevivência e organização social. Becker (2010) descreve que essa modalidade de ocupação combina uso econômico e preservação ambiental, sendo fundamental para atender a dinâmica territorial da área. Homma (2014) aponta que extrativismo atravessou diversas etapas históricas, sendo ora reconhecido como uma atividade fundamental para a economia regional, ora reduzido a um segundo plano com o crescimento da agricultura pecuária. No entanto, sua importância para as comunidades que dependem da floresta se mantém, evidenciando sua habilidade de se adaptar às mudanças econômicas e políticas.

Porto-Gonçalves (2006) afirma que o extrativismo é uma atividade política, pois reafirma a presença das comunidades tradicionais na floresta e sua resistência contra

modelos de desenvolvimento que atendem a excluir os sujeitos locais. Essa contradição fica clara quando, embora a floresta e seus produtos sejam celebrados como patrimônio mundial, os trabalhadores responsáveis pela coleta continuam invisíveis para as políticas públicas. Antunes (2018) destaca que essa invisibilidade está relacionada à precarização estrutural do trabalho, que não deve ser vista como um fenômeno isolado, mas como um componente essencial da lógica capitalista, responsável por manter grandes segmentos em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, a noção de uma distribuição equitativa de serviços surge como um princípio essencial, porém raramente implementado, uma vez que os peconheiros encaram a parte difícil e arriscada do processo sem obter o devido reconhecimento ou compensação proporcional.

No estado do Amapá, especialmente em Santana, o extrativismo do açaí desempenha um papel fundamental na economia e na estrutura social. Homma (2023) ressalta que o fruto ganhou destaque internacional como “superalimento”, representando a bioeconomia amazônica. No entanto, ele adverte que essa valorização não resulta automaticamente em melhores condições de vida para os trabalhadores da base da cadeia. Kaplinsky e Morris (2011) afirmam que, em cadeias globais de valor, os segmentos que demandam mais esforço físico são os que mais lucram, essa perspectiva se liga ao que Gereffi (1994) acrescenta que, em cadeias produtivas globais, a renda está concentrada nos elos superiores, enquanto a base produtiva lida com instabilidade e baixos retornos.

Esse cenário é corroborado pela análise documental, onde, nem a Constituição Federal de 1988 nem a Consolidação das Leis do Trabalho abordam especificamente a situação dos extrativistas. Embora a Lei nº 11.326./2006 reconheça o extrativismo como parte da agricultura familiar, ela não assegura mecanismos eficazes de inclusão

### **4.3 A cadeia produtiva do açaí: entre a valorização global e a precarização do trabalho extrativista**

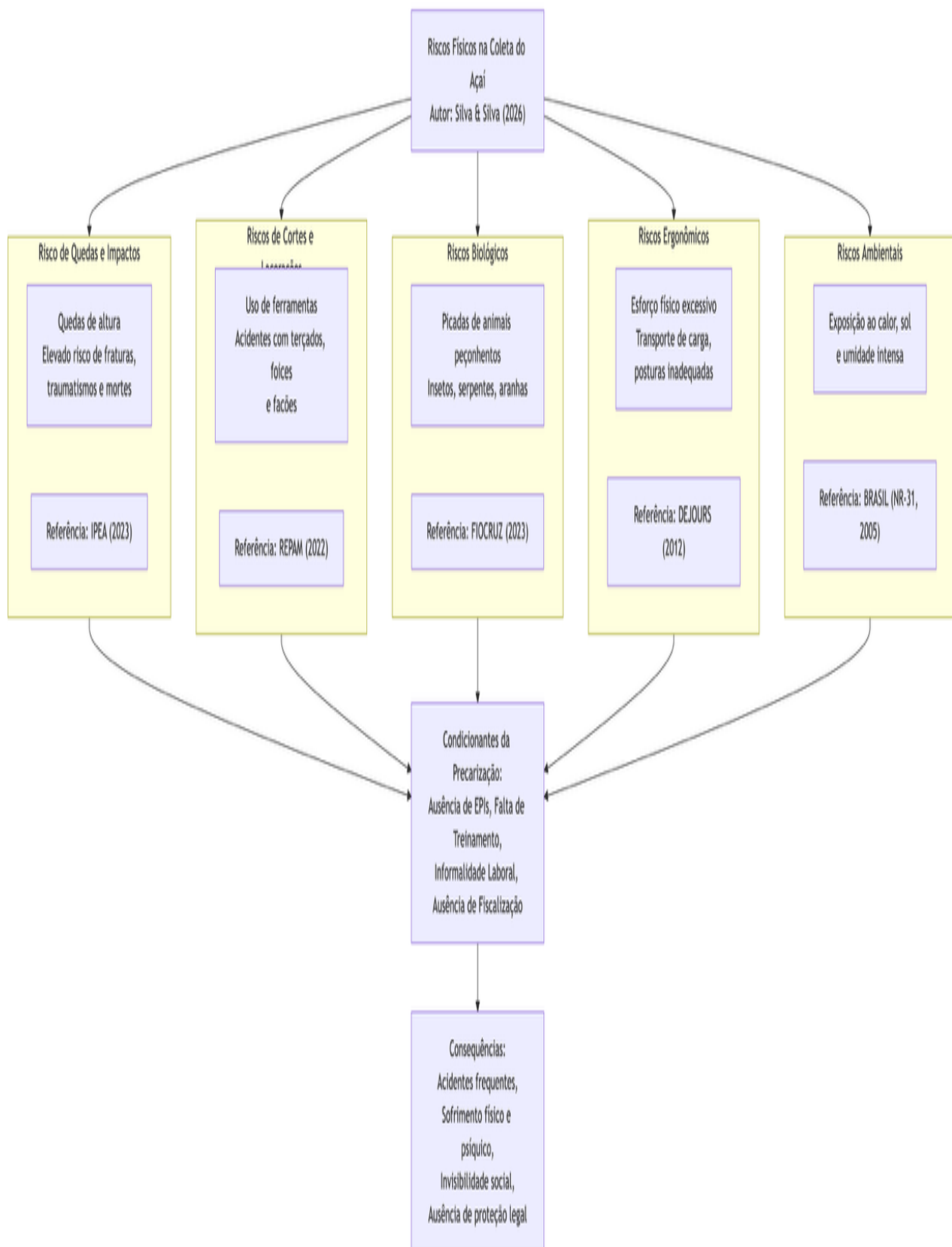
O açaí se estabeleceu como um dos pilares estratégicos da bioeconomia amazônica ao ultrapassar o consumo local e obter o reconhecimento de "superalimento" no mercado global. De acordo com Homma (2023), essa projeção colocou o fruto em intrincadas redes de mercados internacionais e o transformou no principal emblema do potencial econômico da biodiversidade da região. Contudo, essa expansão econômica não foi equitativa e acabou por expor profundas divisões entre o marketing da sustentabilidade e a realidade material dos trabalhadores que sustentam a base da pirâmide produtiva. Isso

torna essencial, tanto do ponto de vista sociológico quanto operacional, a distinção entre o peconheiro tradicional e o peconheiro comercial.

Enquanto o trabalhador convencional opera em pequena escala voltada ao autoconsumo e mercados locais, o pecuarista comercial está inserido em uma dinâmica de alta intensidade, moldada pelas demandas da agroindústria e exportação. Isso remete à análise de Kaplinsky e Morris (2011) sobre como as cadeias globais de valor tendem a concentrar os maiores ônus nos segmentos responsáveis pelas etapas primárias de maior esforço físico. Nesse contexto, nota-se que os elos iniciais são os que menos capturam a renda gerada, o que faz com que a “justa repartição de serviços” continue sendo apenas um ideal teórico. Isso ocorre porque o peconheiro comercial assume riscos que podem comprometer sua integridade física sem receber um retorno proporcional aos lucros obtidos na ponta final da cadeia.

A teoria de Gereffi (1994) confirma essa assimetria, mostrando como o poder e a captura de valor em cadeias produtivas globais se deslocam para os elos que detêm tecnologia e acesso ao mercado consumidor. Isso explica por que as empresas de industrialização capturam o valor agregado por meio do branding, enquanto os extrativistas permanecem em um estado de informalidade estrutural. Essa situação perpetua as desigualdades históricas e questiona a eficácia da bioeconomia como uma opção para um desenvolvimento mais inclusivo. Isso se torna ainda mais evidente ao considerar o vácuo normativo persistente, no qual a Constituição Federal de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não possuem dispositivos específicos para proteger o extrativista de altura em suas particularidades ocupacionais.

Apesar de a Lei n.º 11.326/2006 reconhecer o extrativismo no contexto da agricultura familiar, ela não estabelece mecanismos práticos para inclusão e seguridade social efetiva. Isso leva a relatórios da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP, 2020) e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR/AP, 2021) a enfatizarem que, embora o açaí seja importante para a economia do Amapá, os peconheiros permanecem invisíveis nas políticas públicas de proteção ao trabalho. Por fim, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) confirmam que o crescimento acelerado da produção tem sido acompanhado pela prevalência da informalidade. Isso indica que a atual estrutura da bioeconomia amazônica prioriza a promover uma distribuição justa tanto dos serviços quanto dos lucros econômicos.



#### **4.4 A AGRICULTURA FAMILIAR E O VÁCUO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO EXTRATIVISMO EM SANTANA (AP)**

A agricultura familiar se estabeleceu como alicerce da produção de alimentos no Brasil e como espaço de reprodução social e cultural. Schneider (2010) ressalta que ela não deve ser considerada apenas um setor econômico, mas uma prática que sustenta comunidades e preserva modos de vida. Nesse cenário, a dinâmica está intimamente ligada ao extrativismo, criando uma rede produtiva que assegura a sobrevivência e a participação nos mercados regionais. Em Santana (AP), essa situação assume características particulares devido à sua localização estratégica como ponto de escoamento. Nesse contexto, o açaí, principal produto da extração vegetal, corresponde a mais de 65% do valor bruto da produção no município, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Nesse contexto, é fundamental distinguir o peconheiro tradicional do peconheiro comercial. O peconheiro tradicional, associado à agricultura familiar em Santana, realiza a coleta em pequena escala para consumo próprio e venda em feiras locais, mantendo laços comunitários e tradições culturais. Por outro lado, o peconheiro comercial trabalha em um ritmo acelerado para suprir as necessidades das indústrias e do setor exportador, lidando com uma pressão física maior — subindo palmeiras que, em regiões de várzea de Santana, costumam ultrapassar os 15 metros — sem receber garantias proporcionais ao perigo. Essa disparidade demonstra a falta de uma distribuição equitativa de serviços, uma vez que os esforços investidos na gestão e coleta não resultam em benefícios socioeconômicos proporcionais para o trabalhador.

Silva (2015) aponta que, apesar dos progressos normativos, como a Lei n.º 11.326/2006, que estabelece diretrizes para o fortalecimento da agricultura familiar, ainda existe uma discrepância entre o reconhecimento legal e a realidade enfrentada pelos trabalhadores em Santana. Antunes (2018) destaca que a precarização do trabalho é um fenômeno estrutural que também se manifesta na agricultura familiar. A falta de políticas públicas eficazes perpetua as vulnerabilidades, como mostram os dados locais sobre informalidade: em Santana, estima-se que mais de 85% dos extrativistas de açaí atuam sem vínculo formal ou proteção previdenciária (SEMA/AP, 2021).

Esse contexto de vulnerabilidade é confirmado pela análise documental. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não possuem disposições específicas para proteger a atividade de risco do extrativista de altura, nem oferecem mecanismos que garantam a plena inclusão desses trabalhadores no

sistema de proteção social. Relatórios institucionais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP, 2020) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP, 2021) indicam que, embora o açaí tenha grande importância econômica para o desenvolvimento de Santana, os peconheiros continuam sendo ignorados no planejamento das políticas públicas.

#### **4.5 O PECONHEIRO EM SANTANA (AP): PERFIL E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Na cadeia do açaí, o peconheiro desempenha um papel estratégico, sendo o responsável direto pela colheita do fruto que atende tanto os mercados locais quanto as demandas industriais em expansão. Em Santana (AP), a atividade se firmou como um componente fundamental da economia local, demandando do trabalhador um esforço físico intenso e a administração diária de riscos ocupacionais significativos. Nogueira (2018) aponta que o extrativismo no Amapá não deve ser considerado uma atividade marginal, mas sim um sistema produtivo que integra a subsistência familiar ao dinamismo comercial do porto e da indústria local.

É fundamental fazer uma distinção técnica entre o peconheiro tradicional e o peconheiro comercial, pois o primeiro opera em unidades familiares e em pequena escala, considerando a colheita como um complemento à reprodução social. Em contrapartida, o segundo está envolvido em ritmos acelerados para suprir a demanda do processamento industrial e exportação. Segundo Costa (2020), essa "industrialização do extrativismo" converte o peconheiro comercial em um elemento fundamental de um sistema que exige alta produtividade, muitas vezes em prejuízo de protocolos de segurança e garantias previdenciárias. Essa diferença evidencia que, apesar de ambos serem essenciais para a dinâmica econômica de Santana, o peconheiro comercial sofre uma precarização significativa, com jornadas exaustivas que não resultam em mobilidade social.

Fernandes (2017) argumenta que a inclusão de trabalhadores rurais e extrativistas em cadeias globais de valor, sem a necessária intervenção do Estado, leva ao que se denomina "transferência de riscos". Nesse processo, o trabalhador arca com os custos da produção — incluindo os perigos de quedas e lesões — enquanto os atores distantes dos açaiçais se apropriam do valor agregado. Esse diagnóstico é corroborado pelos dados de Siqueira e Souza (2022), que mostram que a falta de tecnologias de colheita e a continuidade de formas de remuneração baseadas no volume de produção em Santana mantêm os trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade constante.

No que diz respeito à dimensão institucional, há um hiato contínuo entre a legislação e a realidade operacional do extrativismo. Apesar de instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (2021) sugerirem diretrizes de incentivo, a estrutura normativa atual ainda é insuficiente para proteger contra os riscos ocupacionais específicos da colheita em altura. Isso deixa o peconheiro sem as devidas proteções previdenciárias e de segurança ocupacional adequadas à periculosidade da função. Esse contexto reforça uma história de desamparo, em que o esforço do trabalhador, seja ele tradicional ou comercial, é aproveitado por terceiros, enquanto a base da produção continua sem apoio de mecanismos que permitam a transição para um modelo de desenvolvimento socioambientalmente justo.

#### **4.6 O HIATO ENTRE O RECONHECIMENTO LEGAL E A PROTEÇÃO SOCIAL NO EXTRATIVISMO DE SANTANA (AP)**

Embora o arcabouço jurídico brasileiro reconheça a relevância da agricultura familiar e do extrativismo como pilares do desenvolvimento, ele apresenta uma falha significativa ao não considerar as especificidades da atividade de coleta em altura. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o trabalho deve ser protegido por direitos sociais e previdenciários. No entanto, na prática dos açais de Santana (AP), a implementação dessas normas enfrenta um desafio técnico e institucional que deixa o extrativista desprotegido. Ao classificar o extrativismo como parte da agricultura familiar, a Lei n.º 11.326/2006 definiu uma diretriz política relevante. No entanto, faltou-lhe a implementação de mecanismos operacionais que assegurassem a proteção ocupacional e a seguridade social contra os perigos de acidentes e invalidez associados à atividade.

Nesse contexto, a distinção entre o peconheiro tradicional e o peconheiro comercial evidencia o grau da exclusão institucional. Enquanto o primeiro é excluído do sistema devido a uma interpretação restritiva de "pequena escala", o peconheiro comercial, essencial para o fornecimento industrial e portuário de Santana, opera na informalidade, sem ter garantido o acesso a direitos trabalhistas básicos. Almeida (2019) aborda essa dicotomia, que demonstra que a falta de políticas públicas não é um descuido administrativo, mas sim o resultado de um modelo econômico que prioriza o fluxo de mercadorias em vez de garantir a segurança das pessoas envolvidas na extração.

A precarização do trabalho, segundo Antunes (2018), se evidencia no extrativismo pela transferência do risco: o trabalhador arca completamente com as chances de acidentes e prejuízos físicos, enquanto os benefícios gerados pelo açaí são apropriados por agentes

distantes da base produtiva. Porto-Gonçalves (2006) expande essa análise ao mostrar que essa invisibilidade não se limita ao âmbito econômico, caracterizando uma exclusão política intencional, na qual as reivindicações dos extrativistas ficam fora das prioridades do governo. Como resultado, há uma desconexão entre o açaí, uma commodity de alto valor de mercado, e os direitos fundamentais daqueles que asseguram sua presença na floresta.

As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) e os relatórios regionais da SEMA/AP (2020) e SDR/AP (2021) corroboram a continuidade dessa contradição. Embora o açaí desempenhe um papel econômico importante em Santana, a informalidade prevalece em relação à proteção social. Essa situação sugere que, sem uma reforma nas diretrizes institucionais, a bioeconomia amazônica pode perpetuar as desigualdades históricas, convertendo a riqueza natural em um recurso que desconsidera a dignidade de sua força de trabalho primária. Assim, a mudança para um modelo sustentável exige não só o fortalecimento da produção, mas também uma reforma que considere o extrativista como um sujeito de direitos, fundamental para a própria viabilidade da cadeia produtiva que sustenta.

#### **4.7 A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM SANTANA (AP): DINAMISMO ECONÔMICO E ASSIMETRIA DE PODER**

A cadeia produtiva do açaí em Santana (AP) demonstra um dinamismo significativo, impulsionado por sua localização estratégica como centro logístico e de escoamento para o mercado internacional. Homma (2023) ressalta que o fruto se estabeleceu como um ativo fundamental da bioeconomia amazônica, atraindo grandes investimentos e ampliando sua presença no mercado global. No entanto, essa expansão econômica esconde profundas fissuras, pois o crescimento setorial não resulta em uma distribuição equitativa de benefícios. Isso evidencia uma estrutura produtiva caracterizada por desigualdades persistentes entre os elos da cadeia.

Nesse ecossistema produtivo, é fundamental diferenciar o peconheiro tradicional do peconheiro comercial, pois o primeiro opera em pequena escala, focado no consumo de subsistência e nos mercados locais próximos, mantendo um estilo de vida baseado em vínculos comunitários. Por outro lado, o peconheiro comercial trabalha em alta intensidade para atender à demanda industrial e exportadora, enfrentando pressões físicas severas e riscos ocupacionais que, frequentemente, não são refletidos nas estruturas de remuneração existentes. Essa desigualdade evidencia que, embora ambos sejam essenciais para a oferta

do produto, a falta de uma "justa repartição de serviços" impede que o trabalho seja convertido em benefícios socioeconômicos proporcionais ao risco assumido.

A análise da dinâmica de mercado, segundo Kaplinsky e Morris (2011), confirma a ideia de que, em cadeias globais de valor, os segmentos responsáveis pelas tarefas mais exigentes e perigosas — como a colheita em altura — são, paradoxalmente, os que menos lucram. Gereffi (1994) complementa essa perspectiva ao mostrar que os elos superiores, detentores das tecnologias de processamento e canais de comercialização internacional, são os que detêm o poder de decisão e a concentração de renda. Em Santana, nota-se que as empresas de beneficiamento e os intermediários absorvem a maior parte do valor agregado, ao passo que o segmento da extração continua relegado à informalidade e à precariedade social.

Como resultado, a cadeia produtiva do açaí em Santana, apesar de ser crucial para o crescimento regional, funciona de uma maneira que ignora a importância do trabalhador. A continuidade da invisibilidade dos peconheiros, que estão na base da estrutura de valorização, destaca a necessidade urgente de políticas públicas e estratégias de governança que vão além da simples métrica produtiva. Para que a bioeconomia no Amapá contribua para a justiça social, é fundamental que os mecanismos de distribuição de lucros considerem o peconheiro não como um agente descartável, mas como o alicerce humano que assegura a viabilidade da cadeia produtiva.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do papel dos peconheiros na cadeia produtiva do açaí em Santana (AP) confirmou que o objetivo geral deste estudo foi completamente alcançado. A pesquisa destacou o contraste entre a significativa importância econômica do fruto para a região e a contínua invisibilidade dos trabalhadores que sustentam essa base produtiva, expondo assim desigualdades estruturais profundas. Ao distinguir as categorias de extrativistas, nota-se que, enquanto o peconheiro tradicional opera em pequena escala voltada ao consumo familiar e mercados locais para manter seus laços comunitários e tradições culturais, o peconheiro comercial se submete a um ritmo acelerado para suprir a agroindústria e o setor de exportação, lidando com pressões físicas e riscos significativos sem receber compensação adequada. Ao distinguir as categorias de extrativistas, nota-se que, enquanto o peconheiro tradicional opera em pequena escala voltada ao consumo familiar e mercados locais para manter seus vínculos comunitários e culturais, o peconheiro comercial se submete a um ritmo acelerado para suprir a agroindústria e o setor de exportação, lidando com pressões físicas e riscos graves sem receber em troca reconhecimento social ou proteção no trabalho.

Ao avaliar a inserção desses sujeitos na bioeconomia amazônica, percebe-se que, embora o açaí tenha se consolidado como um produto estratégico e símbolo da sustentabilidade, os trabalhadores da ponta permanecem à margem desse processo de valorização, o que corrobora a tese de Kaplinsky e Morris (2011) sobre como os segmentos responsáveis pelas etapas de maior esforço físico em cadeias globais de valor são, paradoxalmente, os que menos capturam a renda gerada. Essa assimetria é reforçada pela lógica de Gereffi (1994) ao demonstrar que a concentração de poder e capital ocorre predominantemente nos elos superiores da cadeia, especialmente nas fases de industrialização e comercialização internacional, deixando os extrativistas santanenses confinados à informalidade e distantes dos benefícios econômicos capturados pelos grandes intermediários.

Em relação às garantias legais, os resultados indicam um quadro de desamparo institucional. Embora a legislação brasileira reconheça o extrativismo no contexto da agricultura familiar, ainda não há dispositivos específicos que garantam direitos trabalhistas ou proteção efetiva para a atividade de alto risco do peconheiro. Isso leva à precarização estrutural abordada por Antunes (2018), que se manifesta por meio da invisibilidade burocrática e da falta de seguridade social. Portanto, ao abordar a justa distribuição de serviços, fica claro que o equilíbrio na cadeia produtiva não é alcançado de maneira eficaz, uma vez que os peconheiros

enfrentam os maiores riscos e esforços sem o reconhecimento ou remuneração adequada. Isso destaca a necessidade urgente de mecanismos institucionais que vão além da valorização da mercadoria e garantam a dignidade humana dos indivíduos que sustentam a economia regional em Santana.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.
- AGÊNCIA DOCAS DE SANTANA. Área de logística e infraestrutura é criada no Amapá. Santana, 2024. Disponível em: <https://www.docasdesantana.com.br/noticias/area-de-logistica-e-infraestrutura-e-criada-no-amapa.html>. Acesso em: 30 set. 2025.
- ALMEIDA, J. B. Extrativismo e políticas públicas na Amazônia: entre a invisibilidade e o protagonismo. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 15, n. 1, p. 101–118, 2020.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARBOSA, L. Desenvolvimento sustentável e justiça social na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2019.
- BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Brasília, DF, 2005.
- CARNEIRO, M. J.; KNEIPP, J. Políticas públicas e extrativismo na Amazônia: desafios da territorialização. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 12, n. 1, p. 33–51, 2020.
- CHELALA, C. et al. *Cadeias produtivas e desenvolvimento regional na Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2020.
- CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): relatório anual. Brasília, DF, 2022.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DELGADO, M. G. *Curso de direito do trabalho*. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017.

- DRUCK, G.; FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. *Relatório técnico sobre a cadeia produtiva do açaí*. Belém: Embrapa, 2022.
- EMBRAPA AMAPÁ. *Tecnologias sustentáveis para o extrativismo amazônico*. Macapá, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/amapa>. Acesso em: 30 set. 2025.
- FAPEAP – FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO À PESQUISA. *Relatório técnico sobre desenvolvimento regional sustentável no Amapá*. Macapá, 2024.
- FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Diagnóstico da assistência técnica e extensão rural na Amazônia Legal*. São Paulo, 2023.
- FIOCRUZ AMAZÔNIA. *Participação comunitária e políticas públicas na Amazônia: desafios e perspectivas*. Belém, 2023.
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (org.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Praeger, 1994.
- HOMMA, A. K. O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e possibilidades*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.
- HOMMA, A. K. O. *Transformações produtivas e o papel das cooperativas na cadeia do açaí no Amapá*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2022: resultados preliminares*. Rio de Janeiro, 2022.
- INSTITUTO PEABIRU; TRT8 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. *O peconheiro: diagnóstico das condições de trabalho extrativista de açaí*. Belém, 2019.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Inclusão produtiva na Amazônia: diretrizes para políticas territoriais*. Brasília, DF, 2023.
- KAPLINSKY, R.; MORRIS, M. *A handbook for value chain research*. Brighton: IDS, 2001.
- MIDR – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Santana (AP) recebe equipamentos para açacultura e investimento em infraestrutura*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr>. Acesso em: 30 set. 2025.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- REPAM – REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA. *Relatório sobre condições de trabalho na cadeia do açaí*. Brasília, DF, 2020.

SDR/AP – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ. Relatório de apoio ao extrativismo no município de Santana. Macapá, 2023.

SEMA/AP – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO AMAPÁ. Relatório de gestão ambiental. Macapá, 2023.

UNIFAP – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Relatório de projeto de extensão em territórios extrativistas. Macapá, 2024.